



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião com prefeitos da base aliada**

**Palácio do Planalto, 17 de janeiro de 2007**

Quero cumprimentar meu amigo Serafim, meu amigo Hélio, nosso Trevas, ministro Tarso, ministro Agenor, nosso ministro Márcio, a nossa prefeita Moema, o nosso prefeito Luiz Coelho, cumprimentar os companheiros prefeitos, as companheiras prefeitas que estão aqui, e dizer para vocês que eu espero que as relações entre a Federação e os municípios estejam mais fortemente consolidadas no final deste mandato.

Eu tenho um conceito e uma convicção de que nada pode acontecer sem passar pelo chão que a gente mora, ou seja, você pode ser feliz numa cidade e não ser feliz num estado ou num país, mas você não pode ser feliz num país se a sua cidade não te der as condições de ser feliz, porque é na cidade que está o seu dia-a-dia, é na cidade que está o dia-a-dia dos milhões e milhões de brasileiros, sobretudo com os problemas enormes que nós vamos ter que consertar, que são os problemas das grandes regiões metropolitanas.

Eu sei que quando a gente fala nas cidades, – e é bom que seja assim – cada prefeito, por menor que seja a sua cidade, ela pode ter 5 mil habitantes, mas para ele, prefeito, aquela cidade é a mais importante do País, é aquela que conta, é aquela que vale, e para quem mora naquela cidade também. Mas se a gente for levar em conta a grandeza dos problemas do Brasil, nós vamos ter que olhar com carinho excepcional para um fenômeno que começou a acontecer a partir da década de 70, que é a grande concentração de seres humanos, de forma desordenada, nas grandes regiões metropolitanas deste País, onde hoje nós temos praticamente 52% de todos os problemas de saneamento básico consagrados nessas cidades, de pessoas que moram mal, habitam mal.



Eu digo sempre o seguinte: o cidadão pobre, que mora numa cidadezinha pequena, tem um comportamento sociológico diferente do mesmo cidadão pobre que for morar numa favela do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, de Salvador, de Recife, de Manaus. Por quê? Porque numa cidade pequena ele ainda tem uma relação social muito forte, tem uma relação familiar não deteriorada, as coisas não são tão violentas na sua cabeça como são para um cidadão que mora num quarto de 3m por 3m, onde ele cozinha, toma banho, onde dormem mulher, marido e quatro, cinco, seis filhos, repartindo o metro quadrado com baratas, com ratos, coisas que acontecem muito menos nas cidades menores deste País.

Então, ao cuidar de todas as cidades, nós temos que ter em conta que temos um problema que, se a gente não atacá-lo fortemente, vai para um processo de degradação da estrutura da família neste País, que é, na minha opinião, parte dos problemas que geram a violência, a marginalidade, a clandestinidade. As pessoas não vêem esperança, as pessoas não vêem além de um horizonte de três metros quadrados. Na minha Caetés, por mais que seja pequena, a gente tem um mundo ainda para transitar, coisa que a gente não tem em uma grande região metropolitana.

Eu digo isso porque nós vamos, na segunda-feira, lançar um programa de desenvolvimento neste País, e só podemos fazer agora porque só agora nós criamos as condições, a sustentabilidade, a credibilidade e a robustez na macroeconomia que precisava para que nós déssemos o segundo passo. E vamos dar um segundo passo conscientes de que ele irá permitir que quem vier depois possa dar um terceiro passo. Agora, nós queremos dar esse segundo passo irmanados com os entes federativos. Eu aprendi, nesses quatro anos, que muitas vezes não adianta a gente conversar só com deputados, porque a gente pensa que acertou as coisas e, muitas vezes, também tem a pressão dos governadores em cima dos deputados.

Eu me lembro que na reforma da Previdência do setor público, no ano



passado, nós reuníamos aqui os governadores e depois eu fazia reunião com as lideranças dos partidos que davam sustentação ao governo, e eles reclamavam porque eu estava conversando com governadores, porque os governadores não apitavam no Congresso Nacional. Era verdade para a reforma da Previdência mas, para a reforma tributária, os governadores apitavam e apitavam muito porque, também, se é verdade que os deputados querem ter boa vontade com o governo federal, é verdade também que os deputados moram num estado e representam o estado e, portanto, eles também querem representar, condignamente, o povo do seu estado. Bem, mas se ele mora num estado, ele tem que morar em uma cidade e, nessa cidade, também é preciso que os prefeitos comecem a agir como agentes determinantes da ação dos deputados aqui em Brasília.

Eu, muitas vezes, fico inconformado de ver os prefeitos que, para terem uma audiência com um ministro ou com a Caixa Econômica Federal, ficam três dias em Brasília pedindo favor para que alguém os apresente ao ministro ou para que alguém os apresente a alguma autoridade federal, quando, na verdade, ele já deveria sair da sua cidade para cá com horário marcado, sem precisar de favor de ninguém. Ele pode ter o favor por outra coisa, mas não para vir a Brasília e ser atendido na Caixa Econômica Federal. Não só ele tem o seu espaço hoje na Caixa Econômica, como ele vai ter o espaço na Caixa Econômica do seu estado, porque nós vamos implantar em todas as capitais, na sede da Caixa Econômica, uma sala para que os prefeitos sejam atendidos, inclusive para que a gente possa ajudar na construção dos projetos que, muitas vezes, vão facilitar a vida de um prefeito, vindo aqui em Brasília.

Uma cidade grande tem dezenas e dezenas de engenheiros, de arquitetos que fazem quantos projetos eles precisarem, mas uma cidade pequena não tem. Às vezes, essas pessoas vêm ao governo, conversam com o ministro, o ministro se mostra com boa vontade e fala que vai atender, mas aí ficam esperando e esse projeto não aparece nunca, porque ele não tem



condições de fazer. Então, aquela vontade e aquele sonho desaparecem ao longo do mandato, porque o projeto não se concretizou.

Eu posso dizer para vocês: a coisa mais importante para conseguirem recursos do governo federal, da Caixa Econômica Federal ou de qualquer outra instituição do governo federal, não é ser amigo de um ministro, não é ser amigo de um deputado ou ser amigo de um presidente. A coisa que mais vai facilitar a vida de vocês para conseguir os recursos que precisam é a qualidade do projeto que apresentarem, é a certeza de que aquele projeto é exeqüível e portanto, é um projeto que pode ser financiado sem risco de que tenha alguma coisa equivocada. Podem ter certeza disso, não é a amizade que vocês tenham com o Agenor, a amizade que vocês tenham com a Dilma, a amizade que vocês tenham com o Márcio Fortes, a amizade que vocês tenham com o Tarso Genro e com o Trevas, ou a amizade que vocês tenham com o Guido Mantega ou comigo que vai fazer sair o dinheiro, se não tiver um projeto que possa permitir à gente defender publicamente o recurso que mandou para uma cidade. O projeto não só facilita o dinheiro, como antecipa, muitas vezes, a liberação.

Vocês já ouviram falar da tal da fila burra para saneamento básico. O que se fez no País, um tempo? Vocês entravam com um pedido para conseguir dinheiro para fazer saneamento básico, esse pedido não saía em um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos. Vocês saíam da prefeitura, entrava um outro, vinha atrás. Não saía por quê? Porque não havia interesse de estabelecer um critério em que cada prefeito que apresentasse um pedido, apresentasse um projeto junto, para que você pudesse liberar o dinheiro, sabendo que esse dinheiro seria utilizado para fazer a obra. Muitas vezes nós disponibilizamos o dinheiro e constatamos que esse dinheiro disponibilizado não tem projeto e, muitas vezes, ficamos anos esperando um projeto que não vem porque a prefeitura, muitas vezes, não tem condições de fazer.

Nós, então, estamos acabando com essa fila burra, é melhor dizer para



um prefeito: olha, meu filho ou minha filha, você não tem direito se você não fizer um projeto correto. E orientar a pessoa para fazer um projeto. Ou você tem coragem de dizer: olha, assim não vai sair, sai da fila, do que você colocá-lo na fila apenas para atrapalhar um outro que tem um projeto exeqüível, apenas porque o governo federal quer guardar dinheiro para fazer superávit. Isso é um retrocesso, nós já começamos a mudar isso e vamos mudar profundamente porque nós entendemos que é preciso criar condições para que as cidades brasileiras possam voltar a ter um mínimo de possibilidade de investimento. E criar condições para que haja uma razão de ser na existência de cada um de nós na direção deste País, seja o prefeito, seja o vereador, seja o presidente da República.

Então, eu quero dizer para vocês que nós vamos melhorar muito as nossas relações e vamos fazer muito mais do que fizemos no primeiro mandato com relação às prefeituras. Uma coisa extremamente importante, que já aconteceu do final do ano para agora, e o Tarso já falou, foi a questão do Fundeb. O Fundeb, sobretudo para os estados mais pobres do País, será uma verdadeira revolução na educação brasileira.

A Lei do Saneamento Básico, os prefeitos mais antigos, não do mandato de agora, mas aqueles que já estão na vida pública há mais tempo, sabem o seguinte: essa Lei do Saneamento Básico, que nós sancionamos no final do ano, tinha sido aprovada em 1995 e foi vetada integralmente. Foi vetada pela única razão de que naquele tempo pensava-se em privatizar toda a política de saneamento básico no Brasil e, portanto, o Estado não tinha que ter responsabilidade. Nós agora estamos determinando a responsabilidade de cada ente federativo, para que o jogo fique claro e ninguém faça chantagem sobre ninguém. Que cada um olhe a lei e saiba o que pode fazer e o que não pode fazer.

Uma terceira coisa que depende muito de vocês é a questão da Universidade Aberta. A Universidade Aberta é uma revolução, sobretudo se a



gente analisar que nós precisamos reciclar os nossos educadores a cada tempo, e a Universidade Aberta é uma coisa que vai custar pouco, é uma parceria da universidade com as prefeituras dos estados. A prefeitura só tem que ter um espaço e, nesse espaço, a gente vai montar o esquema da Universidade Aberta. Significa que uma mulher que queira fazer Magistério não vai ter que sair da sua cidadezinha do interior para ir a 800 quilômetros, na capital. A própria cidade dela pode montar um núcleo de uma Universidade Aberta, com uma assistência da Universidade Federal, e a gente pode formar o professor lá na sua cidade. Se não em cada cidade, pelo menos nas chamadas cidades-pólo.

Vocês estão lembrados que eu tenho um compromisso com vocês? Eu tenho o compromisso de garantir, em cada cidade-pólo deste País, uma escola técnica e, em cada cidade-pólo deste País, uma extensão universitária. E vamos fazer isso porque acreditamos que este é o segundo passo, junto com a política de desenvolvimento, que o Brasil precisa para se transformar numa grande nação.

Outras coisas nós vamos atendendo conforme vocês forem evoluindo na pauta de reivindicação de vocês. Vocês vão fazer reivindicação na Marcha dos Prefeitos, nós vamos analisando, vamos atendendo e, algumas coisas, eu acho que nós temos que ter claro: primeiro, este ano eu espero que a gente volte à reforma tributária e defina a questão de 1% do FPM. Eu acho que é plenamente possível fazer isso. Mas aí, Tarso, só para você anotar no seu caderninho, há algum tempo nós fizemos uma medida em que o BNDES disponibilizou uma determinada quantia em dinheiro para a gente financiar máquinas para as prefeituras. Obviamente que o dinheiro foi pouco, muito pouco, mas, possivelmente, alguém que governou Porto Alegre, como você, não tenha essa necessidade, possivelmente alguém que governe Manaus não tenha essa necessidade; que governe Campinas, não tenha; que governe outras cidades grandes, não tenha. Mas uma cidadezinha de 30 mil, 20 mil, 15



mil habitantes, de 50 mil habitantes, se o prefeito tiver uma máquina e puder estabelecer parceria com os pequenos produtores – uma ou várias máquinas, eu estou falando uma apenas como exemplo – para que possa atender, não as necessidades urbanas apenas, mas atender as necessidades rurais, porque às vezes o coitado do produtor não tem um tratorzinho, por menor que seja, e perde muito dinheiro, deixa de produzir muito mais. Portanto, eu acho que é um papel que os prefeitos podem ajudar.

Lamentavelmente, a gente fica meio enfraquecido quando diz isso, porque todo prefeito que toma posse, a primeira coisa que ele mostra é a quantidade de máquinas quebradas que herdou do prefeito passado. Não tem um prefeito que tome posse e não vá ver a ambulância que está quebrada, a máquina patrula que está totalmente desativada, o carro que está sem motor. Então, isso desmoraliza um pouco a idéia, mas eu espero que a sociedade brasileira, os prefeitos, os governadores, os deputados, os vereadores, todo mundo passe a olhar essas coisas com um bem público. E não é porque tem desvio em uma cidade que a gente vai ter que penalizar todas as cidades. Puna-se o culpado, mas permita-se que as pessoas possam ter o acesso.

Vocês vão ter uma bela surpresa, porque no Programa que nós vamos anunciar, a questão do saneamento básico e da habitação está muito forte. Não é um programa para 2007, é um programa de quatro anos, e que a gente quer cumprir, letra por letra, o que a gente disser aqui, a partir da segunda-feira, porque é um projeto de grande envergadura. Obviamente que eu não vou entrar em detalhes, porque ainda no domingo vou fazer a última revisão no Programa. Mas eu também não quero que seja mais um daqueles programas que o governante vai à televisão e anuncia, anuncia, e termina o mandato e vocês não vêem. Eu quero anunciar exatamente aquilo que a gente puder cumprir, dizendo claramente quais são as deficiências, o que está pronto, o que não está pronto, o que falta aprontar, o que falta fazer, porque assim é que a gente vai poder passar para vocês a certeza de que as coisas que nós falamos



vão acontecer no nosso País.

E por último, a questão da política social. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós fizemos, nos primeiros quatro anos, a mais forte política social já feita neste País. E é pouco diante das necessidades do povo, e é muito pouco diante das dezenas de anos em que não se fez política social neste País, portanto, nós vamos fortalecer as políticas sociais.

Primeiro, nós temos que unificar as dezenas de políticas sociais. Só programa para a juventude, nós temos seis ou sete. Tem programas em vários Ministérios e nós precisamos unificar num único programa, colocar uma única pessoa como responsável para que a gente possa dar maior densidade àquele programa. Nós, quando falamos da juventude, falamos com um carinho especial, porque daqui a 10 ou 15 anos, quem estará no nosso lugar, são esses que nós chamamos de jovens hoje e, portanto, se a gente não oferecer para eles as oportunidades, o narcotráfico oferecerá, a criminalidade oferecerá. Então, é obrigação nossa e muito mais fácil será se todas as políticas públicas do governo federal forem feitas em parceria com os prefeitos.

Vejam, eu vou repetir para vocês uma coisa que eu falo em todas as Marchas: eu não quero saber de que partido os senhores e as senhoras são, nunca vou perguntar. Me incomoda mais o time que vocês torcem do que o partido de vocês. Não vou perguntar porque o Presidente da República e o governo federal não têm o direito de fazer política privilegiando “a” ou “b” em detrimento de “c” ou “d”. Não têm o direito. Nós temos que fazer política para as cidades e temos que atender, sobretudo, o povo, e nós vamos fazer isso em parceria com vocês.

De vez em quando alguém fala assim para mim: “mas Presidente, o senhor viu lá, o jornal denunciou numa cidade tal que tinha pessoas inscritas no Bolsa Família que não tinha direito. É verdade, pode ter, porque no meio de 11 milhões de famílias, qualquer empresa mais séria do mundo e mais moderna, tem uma margem de coisas erradas que acontecem e que estão





contabilizadas.

Pois bem, o fato de você ter erro numa ou noutra cidade, você não pode nem culpar o prefeito porque também não é o prefeito quem cadastra, são pessoas da prefeitura que cadastram e, como ser humano, ele é falível, pode cometer erro. A gente não pode se abalar com essas coisas. Teve o erro? Teve. Nós temos que consertar e temos que punir quem cometeu esse erro e aí é que me faz mais forte a convicção de que nós precisamos fazer ainda mais parceria com as cidades brasileiras. Fazer parcerias sem medo de que essas coisas não dêem certo. A possibilidade de fazer sem o prefeito e de dar errado, é muito maior do que a possibilidade de fazer com o prefeito. Fazer com o prefeito, primeiro, é a certeza de que a gente tem de quem cobrar, porque tem responsabilidade constitucional. Fazer sem o prefeito é a gente fazer apenas onde tem gente organizada para fazer. E num país deste tamanho, com quase 6 mil municípios, é humanamente impossível o governo federal querer cuidar das coisas diretamente. Não daria certo.

Então, eu quero que vocês saibam que vai aumentar a nossa parceria, nós vamos trabalhar muito mais juntos, quer dizer, não tem nenhum problema, não se preocupem com as Marchas, de fazer pauta de reivindicação, de fazer manifestação, de criticar. Não se preocupem porque isso não abala o meu comportamento político, ninguém será tratado melhor porque falou bem ou falou mal, as pessoas serão tratadas porque representam um conjunto de pessoas e porque têm as necessidades. Se não tiver necessidade, pode ser o meu melhor amigo que não vai ter tratamento especial.

Eu tenho ouvido muito do César Maia, de vez em quando, na hora de fazer o discurso político, o César exagera, mas na hora de fazer o reconhecimento das coisas que nós fazemos para a cidade, eu já vi o César Maia, em quatro ou cinco discursos, dizer que nós, em quatro anos, colocamos mais dinheiro no Rio de Janeiro do que os outros em 20 anos. Eu posso dizer para vocês que eu duvido que tenha um prefeito do PFL ou do PSDB que



possa reclamar que nós não o tratamos bem porque eram do PFL, do PSDB ou de qualquer outro partido político, e duvido que alguém do PT, alguém do PCdoB, do PSB, do PDT, do PP, diga que foi tratado melhor porque está na base aliada. Não é assim e não será assim, até porque quando eu sair daqui, eu preciso andar de cabeça erguida nos 8 milhões e meio de quilômetros quadrados. E vou conseguir me encontrar com vocês em algum lugar e quero tratá-los, todos de companheiros, de amigos, quero respeitar vocês e quero ser respeitado.

Portanto, tenham certeza de que esses quatro anos serão quatro anos em que nós vamos poder colocar em prática coisas muito mais fortes e muito mais eficazes do que colocamos nesses primeiros quatro anos. Foram quatro anos de bons aprendizados na relação entre os entes federativos, e nós só temos que melhorar, porque quem tem a ver com a política tributária não é só o governador, é o prefeito também, porque incide sobre o prefeito. Cada vez que a gente desonera uma coisa aqui, incide na arrecadação também da cidade. Então, é preciso que a gente não veja vocês como adversários: “Ah, já vem o prefeito reivindicar alguma coisa, já vem o prefeito querer mais um pedacinho da CIDE, mais um pedacinho daquilo...” Exijam quantos pedaços vocês quiserem, porque se a gente tiver, a gente dá, se não tiver, com a mesma grandeza, tem que dizer: “companheiro, eu não posso fazer”.

Agora, uma coisa vocês podem ter certeza: não faltará, nesses próximos quatro anos, lealdade na relação com as prefeituras, não faltará disposição de atender vocês, não faltará disposição de fazer as políticas públicas voltadas para as cidades brasileiras. Até porque, em 1998, se não me falha a memória, ou 1992, numa campanha qualquer, nós fizemos uma música, foi o Milton Acioli que fez, que dizia assim: “uma cidade parece pequena se comparada a um país, mas é na minha cidade que se começa a ser feliz”.

Felicidades para todos nós.



**Presidência da República  
Secretaria de Imprensa e Porta-Voz  
Discurso do Presidente da República**

---

Leia a entrevista e o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/PR007-2.DOC>

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL170107.DOC>